



Comissão Mista de Orçamento aprova 11 relatórios setoriais

Parlamentares acolheram a maior parte dos documentos setoriais que integram a Lei Orçamentária Anual de 2019. Hoje está prevista reunião para votar os cinco restantes

A Comissão Mista do Orçamento aprovou ontem 11 relatórios setoriais do Orçamento de 2019, dos 16 que compõem o projeto da Lei Orçamentária Anual. Hoje a comissão volta a se reunir para dar continuidade à votação dos relatórios.

Os parlamentares cobraram do relator-geral, senador Waldemir Moka, ações para reaver recursos de programas afetados por cortes do Executivo na peça orçamentária.

Entre os relatórios aprovados ontem, estão os de Saúde, Educação e Cultura, Integração Nacional, Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. **5**



Relator-geral do Orçamento, Moka (D) foi cobrado para que programas afetados pelos cortes do Executivo tenham mais verba. Colegiado volta a se reunir hoje

Roque de Sá/Agência Senado



Entre Davi Alcolumbre e Fernando Bezerra Coelho, Eunício Oliveira comanda sessão na qual foram confirmadas as indicadas

Agências reguladoras têm duas novas diretoras

O Senado aprovou ontem duas indicadas a cargos de direção na Agência Nacional de Mineração (ANM) e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Geóloga do Departamento de Recursos Minerais

do Rio de Janeiro, Debora Toci Puccini vai para a diretoria da ANM. Já Elisa Bastos Silva, doutora em planejamento de sistemas energéticos lotada no Ministério de Minas e Energia, será diretora da Aneel. **3**

Avança medida provisória sobre fundos patrimoniais

O texto, aprovado por comissão mista após acordo político, estabelece marco regulatório para captação de recursos privados destinados a financiar instituições de interesse público em diversas áreas, como museus. **7**

Etanol de milho pode baratear combustíveis, aponta debate

Participantes de debate ontem no Senado disseram que a produção de etanol de milho no Centro-Oeste deve gerar renda e contribuir na redução do preço dos combustíveis. O mercado de álcool de cana está estagnado, afirmaram. **6**

JK terá nome inscrito no Livro dos Heróis da Pátria

O Senado aprovou projeto que inscreve o nome do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria. O relator da proposta, Antonio Anastasia, disse que JK foi um dos maiores estadistas do país. **3**

MP dá prazo para empréstimo a santas casas **2**

Brasil terá novo embaixador na Namíbia **3**

Especialistas defendem mudanças na educação básica

A Comissão de Educação debateu ontem proposta de Cristovam Buarque que permite que prefeituras e governos estaduais transfiram para a União a responsabilidade pela educação básica. O projeto prevê a criação de uma carreira específica para

professores federais, além de investimentos, por exemplo, na estrutura física das escolas. O impacto seria de R\$ 690 bilhões em 20 anos.

Especialistas disseram que o país precisa aplicar mais recursos e adotar novas tecnologias educacionais. **8**



Projeto de Cristovam prevê investimentos na estrutura das escolas

Edinilson Aguiar/Secom-MT

Roque de Sá/Agência Senado

Diogo Moreira/A2 - Fotogramia



MP anterior criou linha de crédito com recursos do fundo para socorrer santas casas e hospitais filantrópicos

Medida fixa prazo para uso do FGTS por santas casas

Medida provisória editada ontem permite que hospitais filantrópicos e santas casas peguem empréstimo com recurso do FGTS até 2022. A MP será analisada agora por comissão mista

MEDIDA PROVISÓRIA PUBLICADA ontem e em tramitação no Congresso Nacional determina que os empréstimos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos poderão ser realizados até o fim de 2022. A MP 859/2018 altera a Lei 8.036, de 1990 (Lei do FGTS).

A nova medida provisória é um desdobramento da MP 848/2018, que criou linha de crédito com recursos do fundo para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Antes dessa MP, o FGTS só podia ser aplicado em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. Alterada pelo Senado na forma de projeto de lei de conversão, a MP 848 voltou à análise da Câmara dos Deputados, onde

terá votação final.

Já a MP 859 determina que o risco dos empréstimos aos hospitais filantrópicos ficará a cargo da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES. Os três bancos são os agentes financeiros da linha de crédito criada pela MP 848.

A MP 859, no entanto, permite que as taxas de juros dos empréstimos tragam embutidas um percentual para suportar o risco dos empréstimos. O risco será definido pelo Conselho Curador do FGTS, órgão que define as diretrizes de aplicação do fundo, desde que limitado a 3%.

A taxa de juros da linha de crédito para os hospitais filantrópicos foi definida pela MP 848 e será limitada a uma das modalidades de financiamento habitacional, que hoje está entre 7,85% e 9% ao ano.

O texto da MP 859 estabelece também que as garantias das operações poderão ser exigidas de forma isolada ou cumulativa. A lei do FGTS estabelece uma série de garantias que podem ser fornecidas pelo tomador do empréstimo, como hipoteca, seguro de crédito, aval em nota promissória e fiança bancária. Todos os tomadores, incluindo os hospitais filantrópicos, poderão fornecer um tipo único de garantia ou um mix delas.

A MP 859 será analisada primeiramente em uma comissão mista. É nessa fase que são realizadas as audiências públicas e apresentadas as emendas ao texto. O texto aprovado na comissão será votado posteriormente nos Plenários da Câmara e do Senado.

Com Agência Câmara

Lídice lembra Dia Nacional de Combate ao Câncer

O Dia Nacional de Combate ao Câncer foi lembrado ontem por Lídice da Mata (PSB-BA). Segundo ela, a data, 26 de novembro, tem a finalidade de chamar a atenção da sociedade para o controle da doença no Brasil, que deve registrar cerca de 600 mil novos casos até 2019, conforme dados do Instituto Nacional de Câncer.

Lídice elogiou o governo da Bahia, que vem investindo na saúde pública e na prevenção do câncer, e citou iniciativas como o primeiro Hospital da Mulher de Salvador e a ampliação do Centro Estadual de Oncologia da Bahia.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Ângela Portela anuncia valor para centro oncológico

Ângela Portela (PDT-RR) comemorou a liberação de emenda de bancada de R\$ 30 milhões a serem investidos no custeio do Centro de Diagnóstico Precoce do Câncer de Roraima. A senadora informou que foi uma iniciativa dela e do deputado federal Hiran Gonçalves.

O centro fará a prevenção e o diagnóstico dos tumores de mama e do colo do útero. A instituição será administrada pelo Hospital de Amor, antigo Hospital de Câncer de Barretos (SP). No futuro, afirmou a senadora, outros tipos de câncer também serão tratados no centro.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Lasier elogia eleitores e critica aumento do STF

Lasier Martins (PSD-RS) elogiou os eleitores brasileiros, que, segundo ele, votaram com consciência jamais vista.

Ao mesmo tempo, o senador criticou duramente a sanção do aumento de 16,4% nos vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

— O Estado, como se sabe, está quebrado. Mas o alto corporativismo preponderou nesse aspecto do reajuste e essa corporação foi implacável na exigência e na conquista. O impacto vai ser muito grande e os problemas do novo governo que está chegando serão inevitavelmente aumentados.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Projeto pode instituir Diploma do Mérito Social no Senado

O Senado poderá criar o Diploma do Mérito Social, a ser conferido a pessoa física ou jurídica que tenha oferecido contribuição ou desenvolvido de iniciativas relevantes para a causa da criança e do adolescente, em qualquer local do país. É o que determina o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 27/2017, aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte ontem.

Pela proposta, os homenageados serão laureados com o diploma anualmente, em data próxima a 10 de abril, em sessão do Senado convocada especialmente para esse fim.

A indicação, acompanhada de justificativa e do currículo do candidato, poderá ser feita por qualquer senador. Para escolher os ganhadores, será constituído o Conselho do Diploma do Mérito Social, composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado.

Para o autor, Hélio José (Pros-DF), os projetos sociais na área da criança e do adolescente já são uma forma de intervenção avaliada, reconhecida e respeitada no Brasil, mas “ainda não dispomos de campanhas de ampla divulgação, que possam multiplicar os bons exemplos que representam”.

Formalização

O relator, Paulo Paim (PT-RS), reconhece que esses projetos sociais necessitam de mecanismos formais de reconhecimento e validação, a exemplo do prêmio a ser instituído.

— O projeto é meritório, tem grande alcance social em tempos de tanta violência em nosso país, seria uma justa homenagem aos que dedicam parte da sua vida em prol de crianças e adolescentes — defendeu Paim.

A proposta segue para avaliação da Comissão Diretora do Senado.

Publicado reajuste do teto para procurador-geral da República

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei 13.753, que reajusta o salário do procurador-geral da República dos atuais R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil.

O aumento tem origem no Projeto de Lei da Câmara

(PLC) 28/2016, aprovado no Senado em 7 de novembro.

A remuneração foi fixada no mesmo patamar definido para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), cujo aumento também foi publicado ontem (Lei 13.752).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Uso medicinal de maconha**
9h Na pauta, o PLS 514/2017, que libera plantio de maconha para uso medicinal. Às 10h30, exposição de diretor da ANS sobre reajuste dos planos de saúde.
- CCT Serviços de Telecomunicações**
9h O PLS 662/2011, que visa facilitar a comparação entre serviços de telecomunicações, está na pauta.
- CDR Zona Franca Verde**
9h Na pauta, o PLS 68/2016, sobre isenção de imposto para Zona Franca Verde.
- MP 850/2018 Agência para museus**
9h30/14h30 Audiências públicas.
- CCJ Taxas em cartórios do DF**
10h O PLC 99/2017, que aumenta preços nos cartórios do DF, pode ser votado.

- CMO Relatórios setoriais**
10h/12h/14h/16h/18h Votação de 5 relatórios setoriais do Orçamento.
- CRE Belarus**
10h Sabatina de embaixador indicado para a República de Belarus.
- CTFC Combate ao tabagismo**
11h O PLS 769/2015, que amplia medidas de combate ao tabagismo, está na pauta.
- CDH Brinquedos adaptados**
11h30 Na pauta, o PLS 382/2011, que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Projeto sobre regime de cessão onerosa está na pauta.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Plenário aprova duas diretoras para agências

Débora Toci Puccini, indicada pelo Executivo para a diretoria da ANM, e Elisa Bastos Silva, para a Aneel, foram sabatinadas pela Comissão de Infraestrutura e aprovadas ontem pelos senadores em Plenário

O SENADO APROVOU ontem duas candidatas indicadas a cargos de direção na Agência Nacional de Mineração (ANM) e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A primeira foi a de Debora Toci Puccini para exercer a diretoria da ANM, com mandato de três anos. Debora, que tem especialização em geologia regional e econômica e vários artigos publicados na área, trabalha no Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro.

Em sabatina na Comissão de Infraestrutura (CI) na manhã de ontem, Debora respondeu aos questionamentos dos senadores sobre as dificuldades do setor de mineração, especialmente no caso dos embates com os órgãos ambientais. Ela disse que há um desco-

nhecimento da importância da mineração e uma necessidade de mais conversa entre as áreas de meio ambiente e mineração, o que pode ser facilmente resolvido.

Durante a votação em Plenário, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse ser contrário à indicação de Debora, tendo em vista que ela é ré em ação penal movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em razão de crime contra a administração ambiental. Mais cedo, durante a sabatina na CI, Debora explicou ao senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) que a ação decorre de parecer opinativo emitido por ela e sua equipe, que o Ministério Público resolveu investigar por praxe e que, até o momento, não há decisão a respeito da acusação.



Senadores analisam em Plenário duas indicações do Poder Executivo para diretorias de agências reguladoras

Os senadores também aprovaram Elisa Bastos Silva para diretora da Aneel. Nascida em Goiânia, ela tem doutorado em planejamento de sistemas energéticos e já trabalhou nas Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e hoje atua no Ministério de Minas e Energia.

Elisa disse que o setor elétrico é essencial para o desenvolvimento e que a tendência é que os consumidores individuais tenham cada vez mais capacidade de escolha. Questionada por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) se o crescimento econômico do

país provocaria um desabastecimento de energia, Elisa respondeu que o comitê de monitoramento do setor tem dito que não há risco de desabastecimento, mas que os leilões precisam acontecer para manter a energia disponível para o consumidor.

Cessão onerosa pode ser votada pelo Senado hoje

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, adiou para hoje a votação do projeto de lei que autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). Segundo ele, falta muito pouco para um entendimento que permita a aprovação da cessão onerosa.

O PLC 78/2018 era o primeiro item de ontem. Eunício não detalhou quais pontos estão sendo negociados. Ele adiantou apenas que o impasse está na divisão dos bônus de exploração do petróleo para estados e municípios.

— Estamos há uma semana tentando fazer uma negociação para encontrar um caminho para ajudar o Brasil como um todo do ponto de vista fiscal — disse o presidente do Senado.

O projeto altera a Lei 12.276, de 2010, que autoriza a União a repassar à Petrobras sem licitação uma área do pré-sal na Bacia de Santos. Essa regra vale até que a estatal extraia 5 bilhões de barris. O petróleo que exceder esse volume deve ser licitado pelo regime de partilha. Estimativas indicam um excedente de 6 bilhões a 15 bilhões de barris.

Tanto a Petrobras quanto as empresas privadas podem pagar à União royalties menores que o padrão (10%, em vez de 15%). O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, defendeu ontem no Senado que recursos não fiquem apenas com a União:

— Não tem como estados e municípios, que estão em situação financeira complicada, ficarem de fora da partilha. Isso é questão de pacto federativo e justiça tributária. Nada mais justo que tenham um percentual adequado. Nossa proposta é de 30%.

Embaixada brasileira na Namíbia tem novo titular confirmado

O Plenário aprovou ontem o nome de José Augusto Silveira de Andrade Filho para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Namíbia. A mensagem recebeu 40 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção.

Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), semana passada, o diplomata destacou a riqueza mineral da Namíbia, um dos maiores produtores de urânio do mundo, além de ser um grande produtor de diamantes e de ter reservas expressivas de ouro e

platina. A Namíbia também é produtora de cobre e zinco.

O diplomata disse que trabalhará pela assinatura de um acordo bilateral de proteção de investimentos do Brasil com o país africano. Outra prioridade é fechar um acordo de isenção de vistos para negócios, também para atrair empresas brasileiras para o país. Por fim, o Brasil trabalhará para que a Embrapa estabeleça parcerias formais com a nação africana, para cooperar no desenvolvimento de sementes e culturas voltadas para o semiárido.

Nome de Juscelino Kubitschek estará no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria

O Senado aprovou ontem projeto que inscreve o nome do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria, localizado do Panteão da Pátria, em Brasília. O projeto segue para sanção.

O relator do PLC 122/2017, Antonio Anastasia (PSDB-MG), manifestou voto favorável à aprovação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e destacou que Juscelino Kubitschek foi

um dos maiores estadistas da história do Brasil. O senador explicou que o projeto é do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), afilhado do ex-presidente.

Nascido em 1902, em Diamantina (MG), Juscelino formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de Minas Gerais. Em 1930, viajou para a Europa, onde se especializou em urologia. De volta ao Brasil, tornou-se médico da Polícia Militar de Minas Gerais, quando participou da Revolução

Constitucionalista de 1932.

Foi deputado federal, prefeito de Belo Horizonte, deputado constituinte e governador de Minas Gerais. Em 1955, foi eleito presidente da República, com um discurso desenvolvimentista e um audacioso Programa de Metas com o lema “50 Anos em 5”.

Em 21 de abril de 1960, conseguiu realizar o antigo plano de transferir a capital federal para o Planalto Central. Brasília é considerada hoje uma das

mais relevantes obras da arquitetura e do urbanismo contemporâneos.

Eleito senador em 1962, JK teve os direitos políticos cassados pela ditadura militar em 1964. Ele morreu em 22 de agosto de 1976, em um acidente automobilístico na Via Dutra, perto de Resende (RJ).

— JK é até hoje lembrado e amado pelo nosso povo. É justa e meritória a iniciativa — afirmou o senador Hélio José (Pros-DF).

RÁPIDAS

SENADO APROVA INTERCÂMBIO COM PAÍSES BAIXOS SOBRE DEFESA

O Plenário também aprovou, por meio do PDS 65/2018, a ratificação de acordo com os Países Baixos, que segue para promulgação. O texto trata, principalmente, do intercâmbio intelectual e experimental em defesa, e contempla a não intervenção nos assuntos de outros países, as responsabilidades financeiras, a confidencialidade das informações e a solução de demandas.

AUTORIZADO TRATADO SOBRE UNIÃO DE TELECOMUNICAÇÕES

O texto final do acordo internacional da Convenção da União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência especializada das Nações Unidas em matéria de tecnologias da informação e comunicação, foi aprovado ontem pelo Plenário. O acordo é a ratificação brasileira das modificações que definem os idiomas árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo como os idiomas oficiais da UIT.

APROVADA COOPERAÇÃO EM SERVIÇOS AÉREOS COM ARUBA

O Plenário do Senado aprovou ontem o acordo internacional sobre serviços aéreos entre Brasil e Holanda relacionado a Aruba, território autônomo holandês do Caribe. Pelo acordo, de 2014, um país concede a companhias aéreas do outro privilégios em operações de pouso ou sobrevoos, entre outras medidas. O PDS 28/2018, que ratifica o texto do acordo, segue para promulgação.

RATIFICADO PELO PLENÁRIO ACORDO COM ANTÍGUA E BARBUDA

Relatado por Antonio Anastasia (PSDB-MG), o PDS 9/2018 prevê cooperação em assuntos relativos à defesa com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços de defesa. O principal objetivo é compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações das respectivas Forças Armadas e realizar ações conjuntas de treinamento.

SENADO DÁ AVAL A CONVENÇÃO SOBRE SUCESSÃO DE ESTADOS

O Plenário aprovou ontem projeto que aprova o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em 23 de agosto de 1978. O texto trata da concessão de obrigações e direitos preexistentes, assumidos por novos Estados, que se originaram por secessão, pela fusão de dois ou mais Estados ou ainda que adquiriram independência.

Cartel teria gerado prejuízo a exportadores

Associação denunciou na CAE cartelização e manipulação de câmbio por bancos que teriam inviabilizado mais de US\$ 50 bi em exportações brasileiras

A ASSOCIAÇÃO DE Comércio Exterior do Brasil (AEB) denunciou suposto prejuízo bilionário sofrido por empresas exportadoras brasileiras por conta da formação de cartel e da manipulação de taxas de câmbio feitas por bancos e instituições financeiras. O assunto foi debatido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a pedido do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O presidente da AEB, José Augusto de Castro, disse que práticas irregulares, entre 2007 e 2013, teriam inviabilizado mais de US\$ 50 bilhões em exportações de manufaturados. Além disso, teriam gerado perda de receitas para as empresas exportadoras, contribuindo para a desindustrialização do país e reduzido a entrada de investimento produtivo no Brasil.

— Temos grande deficit da balança comercial de manufaturados. Estamos há 11 anos estagnados, sem crescer a exportação. Queremos exportar mais, e espaço para crescer nós temos. Só que para exportar manufaturados, a taxa de câmbio é fundamental e, sem taxa competitiva, não temos condição de competir no mercado internacional — afirmou José Augusto.

O senadores Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Ataídes de Oli-



Ferraço (C) comanda a audiência sobre denúncia de formação de cartel e manipulação de taxas de câmbio

veira (PSDB-TO) lamentaram a ausência de representantes do Banco Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na audiência. Diante da importância do assunto, eles informaram que vão aprovar convocações para uma segunda audiência. Nesta, houve apenas convites.

— Para mim, esta audiência está literalmente manca, pois precisávamos de representantes do Cade, do BC e da Febraban aqui. Não tenho dúvida de que a corrupção passou pelo Cade, que é um órgão técnico, mas com indicações políticas. Espero que a situação mude a partir desse novo governo — afirmou Ataídes.

Ferraço considerou a ausência um desprezo com a CAE, que é a comissão responsável pela sabatina dos indicados aos cargos de direção das instituições:

— Já há confissão de culpa de sete bancos, com o pagamento de multas milionárias. Parece não haver dúvidas de que o cartel existiu, e os danos

são irrefutáveis à economia brasileira [...] Se o convite não é o suficiente, vamos convocar para que a comissão possa ter o Cade e o BC — disse o representante do Espírito Santo.

Atualmente o Cade tem duas investigações relativas à manipulação de taxas de câmbio e a formação de cartel. A primeira delas, aberta em meados de 2015, começou

investigando principalmente bancos internacionais com atuação no Brasil. Sete desses bancos confessaram a culpa e assinaram um termo de cessação de conduta.

A partir de novas informações geradas com a confissão e com o acordo assinado, o Cade abriu nova investigação em novembro de 2016, voltada mais para bancos nacionais.

Crime deve ter prazo maior de prescrição, dizem advogados

Advogados das empresas exportadoras que se dizem lesadas com a formação de cartel para a manipulação da taxa de câmbio defenderam a aprovação do PLS 283/2016, de Aécio Neves (PSDB-MG), que muda regras de prescrição para o crime.

Na audiência de ontem, eles lembraram que o projeto suspende o prazo prescricional da infração quando o Cade não tiver encerrado a investigação. Isso evitaria a impunidade dos criminosos, que muitas vezes são benefi-

ciados pela prescrição.

— Tem que considerar não a data do fato, mas a data da decisão final do Cade, que é o momento em que o conselho mostra à população, oficial o Ministério Público e diz se realmente existe ou existiu um cartel — afirmou Willi Künzli, da KMM Advogados.

Outro advogado, Bruno Maggi, lembrou que o cartel costuma ser um “crime secreto e silencioso” e as vítimas nem sequer têm como saber que estão sendo lesadas.

— Via de regra, os cartéis

— A impressão que se tem é que essas investigações não evoluem muito e não têm tido desdobramentos. Quando a AEB tomou ciência dessas confissões, foram unidas as duas pontas da corda: já havia estudos econômicos comprovando os danos provocados pelo cartel e, do outro lado, os bancos confessaram. Então não há mais dúvida de que houve, sim, cartelização e manipulação da taxa de câmbio — afirmou o advogado Bruno Oliveira Maggi, da KMM Advogados, que representa os exportadores.

Segundo ele, não foi dado aos prejudicados o acesso aos termos de confissão.

— Eles confessaram que o cartel existiu, mas não temos os detalhes e nem qual a atuação específica de cada ente para a manipulação. Agora queremos acesso integral às provas do Cade, pois vamos precisar usar isso para ações.

são descobertos de cinco a dez anos depois de terminados. Se se contar da data do fato, todos os crimes estarão prescritos — explicou.

O projeto é relatado por Armando Monteiro (PTB-PE), para quem o sistema de reparação de danos tem sido insuficiente.

— O projeto deixa claro que a prescrição só será contada quando encerrado o processo administrativo pelo Cade. Além disso, ampliamos de três para cinco anos o prazo prescricional.

Plenário aprova empréstimo para Palmas pavimentar e iluminar vias urbanas

O Plenário aprovou ontem a contratação de um empréstimo externo entre a Prefeitura de Palmas e a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US\$ 60,87 milhões. O PRS 18/2018 já havia sido

aprovado ontem pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os valores deverão ser liberados entre 2018 e 2022, segundo o relatório de Rose de Freitas (Pode-ES).

O objetivo do empréstimo é melhorar as condições de mobilidade e de acesso da população aos serviços públicos essenciais, por meio da pavimentação e sinalização de vias urbanas, drenagem urba-

na, iluminação, equipamentos públicos, habitação e ações socioambientais.

Os três senadores pelo Tocantins, Guaracy Silveira (DC), Vicentinho Alves (PR) e Ataídes Oliveira (PSDB), ressaltaram

a necessidade dos recursos.

— Nossa capital está completando 30 anos e há muita carência na área de infraestrutura, como asfalto, calçamento, mobilidade — disse Ataídes.

Gleisi acusa Lava Jato de promover a impunidade

Gleisi Hoffmann (PT-PR) acusou os integrantes da Operação Lava Jato de promoverem a impunidade, em vez do combate à corrupção. Ela baseou sua opinião no fato de empresários corruptores estarem soltos, após fazerem acordos de delação premiada. A senadora também criticou a possibilidade de soltura do ex-ministro Antonio Palocci e responsabilizou o presidente eleito, Jair Bolsonaro, e seu futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, pelos problemas de saúde que Lula possa vir a enfrentar.

— O que querem é que Lula não sobreviva.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Humberto reclama de nova denúncia contra Lula

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a denúncia ajuizada pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra o ex-presidente Lula não deveria ser aceita pela Justiça Federal. De acordo com a denúncia, Lula agiu em favor de uma empresa de construção em negócios na Guiné Equatorial, quando não era mais presidente. Em troca, teria recebido R\$ 1 milhão por meio de suposta doação ao Instituto Lula.

— Há de fato, uma verdadeira sanha persecutória contra o PT e suas lideranças, que tomou contornos muito especiais ainda durante as eleições.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Ana Amélia pede ao STF cautela sobre indulto

Ana Amélia (PP-RS) pediu cautela aos ministros do STF que julgarão hoje ação que questiona o indulto de Natal concedido no ano passado pelo presidente da República, Michel Temer. Se o julgamento for favorável ao ato presidencial, disse, os beneficiários pela medida, alguns deles condenados pelo crime de corrupção, serão perdoados e não mais precisarão cumprir a pena aplicada. A senadora também criticou as regras para as saídas temporárias de presos, o chamado saído, e ressaltou ter apresentado o PLS 7/2012 com objetivo restringir essas saídas em vários casos, pois muitos dos condenados não voltam à prisão após os dias de benefício, argumentou.

Medeiros critica exigência de avaliação da OAB

José Medeiros (Pode-MT) criticou ontem a aplicação de exame da OAB para exercer a advocacia. Para ele, esses exames só servem para dar o controle de mercado a corporações como a OAB.

— Essa OAB é um conselho como qualquer outro, precisa começar a prestar contas. O maior arremedo jurídico é a personalidade da OAB: ela não é pública nem é privada. No momento de ser fiscalizada como um conselho, ela tem personalidade privada, não pode ser fiscalizada. No momento de pagar imposto, então, a personalidade é pública.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Comissão mista aprova 11 relatórios do Orçamento

Colegiado precisa votar ainda cinco relatórios setoriais. Parlamentares cobraram do relator-geral verbas para programas que sofreram cortes

A COMISSÃO MISTA do Orçamento (CMO) aprovou 11 relatórios setoriais do Orçamento de 2019, dos 16 que compõem o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018).

Ontem foram aprovados os relatórios de Saúde, Educação e Cultura, Integração Nacional,

Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Urbano, Ciência, Tecnologia e Comunicações, Minas e Energia, Esporte, Meio Ambiente, Fazenda e Planejamento, Presidência da República, Legislativo, Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores.

Faltam agora os de Transporte, Turismo, Indústria, Comércio, Micro e Pequenas Empresas, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Defesa e Justiça.

Todos os relatores pediram

ao relator-geral, Waldemir Moka (MDB-MS), que tente viabilizar mais verbas para os diversos programas que sofreram cortes.

— Me comprometo a pleitear junto ao ministro do Planejamento e sua equipe a continuidade dos programas. Mas não posso assumir o compromisso de garantir a totalidade das verbas, pois somente o Executivo tem esse poder — declarou Moka.

Hoje a comissão volta a se reunir para dar continuidade à votação dos relatórios.



CMO debate obras com indícios de irregularidades segundo o TCU

Dnit e Petrobras afirmam ter corrigido irregularidade em obras

A Petrobras e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) defenderam ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a continuidade de obras que foram apontadas como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A audiência, presidida pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), fez parte das ações do comitê da CMO que avalia indícios de irregularidades em obras.

O superintendente regional do Dnit da Bahia, Amauri Souza Lima, afirmou que os problemas apontados pelo TCU na Travessia Urbana de Juazeiro, entre as BRs 235 e 407, teriam sido solucionados, inclusive com a rescisão de contratos.

A esse respeito, o diretor de Fiscalização do TCU, Vladimir de Assis, afirmou que ainda não recebeu qualquer comunicação oficial do Dnit sobre as ações corretivas.

— Sendo realizadas as correções, o TCU retirará qualquer restrição — disse.

O deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) e o diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, Luiz Antônio Garcia, discordaram sobre a avaliação feita da construção da BR-116. A rodovia foi licitada sob o Regime Diferenciado de Contratação, inicialmente implantado para atender as obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

— O TCU está com critérios rigorosíssimos que estão inviabilizando a sobrevivência das empreiteiras. As obras começaram com 20% de desconto sobre o preço do Dnit — disse Bacelar.

O representante do TCU respondeu que está protegendo a sociedade:

— Se não fizermos as fiscalizações, estaremos rasgando a lei, que é feita para proteger a sociedade, tanto por questões econômicas quanto de engenharia.

Petrobras

O gerente setorial da Petrobras Rodrigo Avelino fez um relato das correções na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. O TCU havia detectado irregularidades na obra como sobrepreço na terraplanagem em mais de R\$ 19 milhões. O representante do TCU Rafael Di Bello frisou que a obra também foi alvo da Operação Lava Jato.

O deputado Izalci Lucas questionou as seguradoras que não cumpriram as garantias contratadas quando houve a paralisação das obras pelos indícios de corrupção. E foi acompanhado por Rafael Di Bello:

— As seguradoras sempre entram na Justiça. Defendo que sejam utilizados outros mecanismos, como a retenção de pagamentos para proteger o erário.



Relator-geral do Orçamento de 2019, Waldemir Moka (D) tentará obter mais verbas para diversos programas

Comissão aprova indicação para diretor da Anatel

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem as indicações a cargos de diretor de três agências reguladoras. Os três foram sabatinados pela CI. Moisés Queiroz Moreira é indicado para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Debora Toci Puccini, à diretoria da Agência Nacional de Mineração (ANM), e Elisa Bastos Silva, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Débora e Elisa foram aprovadas ontem mesmo pelo Plenário (veja página 3).

Indicado para exercer o cargo de diretor da Anatel, o nome de Moisés Moreira

foi aprovado por unanimidade. Engenheiro agrônomo, trabalhou na área de gestão para o estado de São Paulo e é secretário de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Na sabatina, Moreira afirmou que a Anatel precisa contribuir para tirar o foco da telefonia fixa e transferi-lo para a banda larga.

— Temos aqui nesta Casa o PLC 79, que troca o modelo de concessão pelo de autorização do STFC [Serviço Telefônico Fixo Comutado]. Isso é extremamente importante, proporcionando investimen-

tos, tirando o foco da telefonia fixa e investindo em banda larga nos distritos ainda mal atendidos ou não atendidos do nosso país — disse.

Sobre a instalação do 5G, Moisés afirmou que a Lei das Antenas vai facilitar o processo.

— No caso do 5G, provavelmente teremos que aumentar o número de antenas de 10 a 15 vezes. E hoje a antena é tratada como edificação, ao passo que ela é um equipamento. Existem mais de 300 leis estaduais e municipais que dificultam muito. A Lei das Antenas vem resolver isso de forma muito prática — informou.

Telmário Mota pede diálogo com Venezuela

Telmário Mota (PTB-RR) defendeu o diálogo com a Venezuela para resolver a crise dos refugiados que afeta Roraima. Ele considerou positivo o gesto do governo venezuelano de aceitar ajuda humanitária internacional.

O senador entende que não deve ser instalado acampamento de triagem no território roraimense, mas na própria Venezuela, e inclusive indicou uma área que fica a 200 quilômetros da fronteira brasileira como ideal para esse propósito. Segundo Telmário, esse campo receberia ajuda internacional, principalmente alimentos e remédios.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Guaracy defende asilo político a médicos cubanos

Guaracy Silveira (DC-TO) pediu ontem que o Senado atue para garantir asilo político aos médicos cubanos que desejarem permanecer no Brasil. Ele defendeu que esses profissionais sejam submetidos a exame para verificar a qualificação deles para a prática da medicina.

O senador pediu que, caso o Brasil ainda deva ao governo cubano, esse dinheiro seja usado para indenizar os médicos que optarem por ficar. Na opinião de Guaracy, o governo do PT, ao firmar acordo com Cuba para o Programa Mais Médicos, submeteu 10 mil profissionais à escravidão.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Regina lamenta volta de profissionais para Cuba

Regina Sousa (PT-PI) lamentou que o trabalho dos profissionais cubanos no Programa Mais Médicos seja classificado por muitos como escravo. Ela disse que a verdadeira escravidão existente no Brasil de hoje é ignorada, em especial no agronegócio, na indústria têxtil e na construção civil.

A perseguição contra o trabalho dos cubanos revela a paranoia existente hoje no país com o comunismo e o desconhecimento do que é feito por aqueles profissionais na África, por exemplo, onde conseguiram debelar o vírus Ebola, disse a senadora.



Mônica Montez/Agência Senado

Turismo ajuda a recuperar economia, diz Paulo Paim

Ao registrar em discurso ontem a participação na celebração dos 30 anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), em Foz do Iguaçu (PR), Paulo Paim (PT-RS) disse que o turismo pode assumir protagonismo para recuperar a economia e a geração de empregos. O senador também destacou o valor dos funcionários do setor.

Paim elogiou o papel da Contratuh na luta pelos direitos dos trabalhadores da área e informou que os Correios lançaram um selo especial alusivo aos 30 anos da entidade.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidente da CRA, senador Ivo Cassol (C) comanda audiência sobre a produção de biocombustíveis no país

Etanol de milho no Centro-Oeste é defendido em debate

Participantes de audiência na Comissão de Agricultura disseram que a produção de álcool a partir do grão deverá gerar renda e reduzir preços dos combustíveis. Segundo eles, o mercado de cana está estagnado

DEBATEDORES DESTACARAM ONTEM, em audiência sobre investimentos em etanol de milho na Região Centro-Oeste, o potencial da produção para gerar renda e abastecer o país, contribuindo para a redução do preço médio dos combustíveis. O debate foi promovido pela Comissão de Agricultura (CRA).

O representante do Ministério de Minas e Energia (MME), Marlon Leal, afirmou que o mercado de etanol proveniente da cana-de-açúcar está estagnado nos últimos anos, o que torna “muito bem-vindos” os recentes investimentos no etanol de milho. Ele apresentou estudos da pasta que demonstram que o crescimento do setor de etanol acaba trazendo para baixo o preço dos combustíveis em geral, por ser um produto mais barato. Os dados do MME baseiam-se em levantamentos feitos no estado de São Paulo.

— Desde 2006, o etanol é mais barato. Esse é um dado já consolidado. Portanto, quanto mais se oferta e se usa, maior é o impacto na cesta de combustíveis. Só em 2018 o consumidor paulista economizou R\$ 1,7 bilhão em combustíveis, comparado com o que gastaria caso não se ofertasse etanol. A economia já chega a R\$ 28 bilhões — detalhou Leal.

Dependência

O representante do ministério também confirmou que o governo conta com o incremento da produção de etanol de milho para diminuir a dependência da gasolina importada, que corresponde a 10% do consumo nacional. Por isso, o programa RenovaBio, política nacional para o setor de biocombustíveis, continuará sendo uma prioridade.

— Se não fosse o RenovaBio, hoje 30% do nosso consumo seria de gasolina importada. E

não priorizamos nenhum biocombustível: quem tiver mais competitividade vai encontrar seu espaço — afirmou Leal.

A reunião foi conduzida pelo senador Cidinho Santos (PR-MT), que ressaltou a rapidez com que os investimentos no etanol de milho na Região Centro-Oeste vêm aumentando.

— A produção tem chamado a atenção pela velocidade da expansão e pelos volumes envolvidos nos investimentos. Avalia-se que a médio prazo a operação da planta gerará anualmente cerca de R\$ 2 bilhões. Eu mesmo acredito muito nas oportunidades que o segmento oferece, gerando empregos e renda para milhares de famílias. Não só o Centro-Oeste, acredito que a Região Norte também será beneficiada. Produziremos o etanol mais barato e ainda vamos exportar — afirmou Cidinho.

Comissão quer melhorar Garantia-Safra e aquisição de alimentos

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho para aprimorar as regras do Garantia-Safra (GS) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), duas políticas públicas avaliadas neste ano pelo colegiado. A criação do grupo foi sugestão de Ana Amélia (PP-RS) em seu relatório sobre esses programas, também aprovado pela comissão.

O Garantia-Safra paga um benefício a pequenos agricultores que tiverem uma quebra da safra, enquanto, pelo PAA, o governo adquire e vende os produtos de agricultores familiares, destinando parte da produção a entidades sócio-assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Além disso, a produção adquirida por meio do PAA compõe cestas de alimentos distribuídas pelo governo para famílias de baixa renda em todo o país.

No relatório, Ana Amélia fez questão de ressaltar que tanto o Garantia-Safra quanto o PAA geram “resultados expressivos para o país”. Ainda assim, entende que alguns desafios

podem ser superados.

— No caso do Garantia-Safra, tem sido muito comum sua execução anual superar o que estava previsto em Orçamento, obrigando a abertura de créditos suplementares. Isso é algo indesejável. A metodologia e execução da verificação das perdas tornou-se ponto sensível. Têm sido comuns divergências entre o órgão federal e os municípios em torno dos critérios para a verificação. Isso deve ser estudado em maior profundidade e revisto — afirmou a senadora.

Ana Amélia também defende que a transparência do GS seja aprimorada. Ela citou especialmente os gastos com a instituição financeira responsável pela gestão dos recursos e a realização dos pagamentos aos beneficiários.

Leite

No caso do PAA, o relatório da CRA defende a aprovação da emenda da Câmara dos Deputados (ECD 1/2018) ao PLS 186/2015, que busca garantir a compra de uma determinada quantidade de leite diária de cada produtor beneficiado. Ana Amélia informou que ela é a relatora da proposta na CRA.



Em seu relatório, Ana Amélia defende benefícios das duas políticas públicas

Projeto de irrigação em Pernambuco pode se chamar Deputado Osvaldo Coelho

O Projeto de Irrigação do Pontal, em Petrolina (PE), pode passar a ser denominado Projeto de Irrigação Deputado Osvaldo Coelho. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 711/2015, aprovado ontem na Comissão de Educação e Cultura (CE).

O Projeto de Irrigação do

Pontal é de responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codvasf) e vai irrigar, quando totalmente implantado, uma área estimada em 7,7 mil hectares no município de Petrolina.

Na justificativa do projeto,

o autor, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), descreve a trajetória de Osvaldo Coelho, tio dele, conhecido no sertão pernambucano como o “deputado da irrigação”.

O relator, Pedro Chaves (PRB-MS), é favorável ao projeto e apresentou apenas uma emenda de redação. De acordo com

Chaves, “nada mais justo do que homenagear o incansável lutador pelo desenvolvimento do sertão de Pernambuco”. Cristovam Buarque (PPS-DF) também mencionou a persistência, a calma e a determinação com que Osvaldo Coelho conquistava seus objetivos, como a própria implantação

do Projeto Pontal.

A proposta, aprovada por unanimidade com 13 votos, é terminativa e segue para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para avaliação em Plenário. Caso sancionada, a lei passa a valer na data de publicação no *Diário Oficial da União*.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova MP de fundos patrimoniais

Medida provisória estabelece marco regulatório para captação de recursos privados destinados a financiar instituições de interesse público em diversas áreas, como museus

APÓS ACORDO POLÍTICO, a comissão mista da medida provisória que cria fundos patrimoniais de apoio a instituições de interesse público aprovou ontem o relatório da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

A MP 851/2018 estabelece um marco regulatório para captação de recursos privados que constituirão os fundos patrimoniais. O objetivo é que esses fundos sirvam como financiamento de longo prazo para instituições de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos. Poderão participar instituições federais, estaduais, municipais e distritais.

“Entendemos que o marco regulatório introduzido pela MP 851 finalmente traz para o Brasil a exitosa experiência internacional no emprego de fundos patrimoniais [endowment funds] como fonte perene de recursos para instituições públicas ou privadas”, afirma

a deputada em seu relatório.

Editada em setembro, a MP permite a criação de fundos patrimoniais e estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto. A relatora incluiu ainda as áreas de segurança pública e de direitos humanos.

Receita

Fundos patrimoniais são formados por doações privadas e o montante obtido é investido no mercado financeiro, de modo a gerar uma receita contínua para aplicação em ações específicas.

Combinada com a MP 850/2018, que cria a Agência Brasileira de Museus (Abram), a medida trata ainda da gestão e da conservação dos museus do país. A edição das duas MPs se deu após o incêndio que destruiu o Museu Nacional,

no Rio de Janeiro. A instituição, que tinha um acervo com mais de 20 milhões de itens, é a mais antiga do gênero no país — completou 200 anos em junho.

Bruna Furlan também incluiu em seu relatório benefícios fiscais relativos ao IRPF e ao IRPJ, de forma a permitir, no cálculo do imposto, a dedução dos valores doados a fundos patrimoniais. A vigência da desoneração tributária ocorrerá um ano após a data da

publicação da lei e produzirá efeitos a partir de 2021, pelo prazo de cinco anos.

Também no texto está a permissão para fundações de apoio atuarem como organização gestora de fundo patrimonial, instituição apoiada ou organização executora, em parceria com instituições apoiadas.

Para o deputado Paulo Teixeira (PT-SP), os fundos patrimoniais vão ajudar e alavancar a ciência, a pesquisa, a

inovação, a cultura, os museus, o ensino técnico e outros.

Presidida pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS), a comissão mista da medida provisória realizou três audiências públicas sobre a proposta. Uma delas contou com a participação de representante do Ministério da Educação e outra teve debate com o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. Também houve audiência pública com representantes de universidades brasileiras.



Ao lado do senador Pedro Chaves, Bruna Furlan defende o relatório

Mudança

A principal alteração no texto da MP é a retirada de todo o capítulo 3, que está em vigor e cria o Programa de Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação. Bruna Furlan disse que a exclusão foi fruto de acordo político, mas avaliou que o tema não deverá ser abandonado pelo Congresso.

A MP terá que ser votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Grupo Brasil-Argentina tem plano de trabalho

Barreiras fitossanitárias, metrologia, alfândegas e hidrovias dos Rios Paraguai e Paraná são as quatro áreas em estudo pelo Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. O plano de ação foi aprovado por unanimidade pelos deputados e senadores brasileiros ontem.

De acordo com Fernando Collor (PTC-AL), presidente do grupo, um maior conhecimento sobre as questões que envolvem a integração e o comércio entre os dois países permite aos parlamentares elaborar leis, fiscalizar e acompanhar a política externa.

— É preciso trabalhar operacionalmente aspectos de infraestrutura e marcos regulatórios que ordenam — ou desordenam — as relações das duas maiores economias dessa região — explicou.

As barreiras fitossanitárias são exemplo disso. O plano estabelece a busca de “uma convergência regulatória entre os dois países, a fim de facilitar reciprocamente o acesso aos produtos do país vizinho”. Segundo o texto, os trâmites aduaneiros e os processos burocráticos caros para reconhecimento de selos e certificados impedem principalmente o fluxo de manufaturados.

A erva-mate é um exemplo clássico. O Brasil fiscaliza a existência de resíduos de metais avaliando o que efetivamente fica na água depois de mergulhada a erva. Já os uruguaios e paraguaios avaliam os resíduos na erva seca. Essa diferença complica o comércio



Fernando Collor e Carlos Magariños durante a reunião do grupo

entre os países.

Para o grupo, a solução é a obediência aos parâmetros de organismos multilaterais, como o Acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre medidas sanitárias e fitossanitárias.

Desde o ano passado, foi conduzida pelo menos uma audiência pública sobre cada um dos quatro temas abordados no plano, e agora o grupo continuará os debates, que podem levar à elaboração de projetos de lei, por exemplo.

Entre os temas, está o anteprojeto de lei da sanidade vegetal, elaborado pelo Ministério da Agricultura, que aguarda análise da Casa Civil. Outro é o sistema que denuncia barreiras técnicas às exportações brasileiras.

Atualmente a Argentina é um dos principais parceiros econômicos do Brasil. Somados, os dois países representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Entre 2003 e 2015, o comércio

bilateral cresceu 150%. A Argentina, em 2015, foi o terceiro maior destino das exportações brasileiras, atrás apenas da China e dos EUA.

O embaixador argentino, Carlos Alfredo Magariños, destacou aspectos em que a cooperação gera desenvolvimento para os dois povos.

— A Argentina tem companhias que geram bilhões, muito disso porque estão no mercado brasileiro. É o caso da empresa Mercado Livre.

A reunião aconteceu na semana em que se comemora a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento firmado entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em 1988.

O documento original fez parte da exposição montada pela Biblioteca do Senado no hall de entrada da reunião do grupo parlamentar. Outro importante documento da mostra foi o original do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, promulgado em 1991.

MP extingue parceria para explorar Base de Alcântara

O Congresso Nacional recebeu a medida provisória que extinguiu a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), resultado de parceria com Ucrânia para explorar comercialmente o lançamento de satélites a partir da Base de Alcântara, no Maranhão. A MP 858/2018 foi publicada na sexta-feira, em edição extra do *Diário Oficial da União*.

A extinção da empresa decorre da decisão do governo brasileiro de sair do Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado pelos dois países em 2003.

A decisão foi formalizada em 2015 pelo Decreto 8.494, quando o Brasil denunciou o tratado sob a alegação de falta de viabilidade comercial. Pela denúncia, o país manifesta sua vontade de sair de um acordo internacional. Segundo o estatuto da ACS, a empresa deve ser liquidada em caso de denúncia por um dos países. O governo afirma que, em janeiro deste ano, acabaram os recursos financeiros que mantinham a empresa.

De acordo com a MP 858, o patrimônio e as dívidas da empresa binacional no Brasil serão inventariados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Publicado junto com a medida provisória, o

Decreto 9.581 regula o processo de inventário.

A cooperação espacial entre Brasil e Ucrânia começou em 2003. A ideia era usar o Centro de Lançamento de Alcântara para enviar satélites brasileiros, ucranianos e de outros países ao espaço, cobrando pelo serviço.

Caberia à Ucrânia desenvolver o foguete, uma nova variante do Cyclone já usado pelo país. Ao governo brasileiro coube cuidar da infraestrutura de solo — os ucranianos detinham a tecnologia para fabricar foguetes, mas não possuíam centro de lançamento. A ACS seria responsável pela operação comercial da base, alugando-a aos países interessados em colocar satélites em órbita. O acordo nunca foi à frente e nenhum foguete foi lançado da base maranhense.

No ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma auditoria no tratado, a pedido da Comissão de Relações Exteriores (CRE). A fiscalização apontou que o Brasil gastou, até 2016, R\$ 483,9 milhões para integralizar o capital da ACS.

A medida provisória será analisada por comissão mista, que apresentará parecer sobre o assunto. Esse parecer aprovado é votado posteriormente nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com Agência Câmara

Debate: educação básica precisa de mudanças

Em audiência para discutir projeto de federalização da educação básica, especialistas disseram que é preciso investir mais recursos e adotar novas tecnologias educacionais

A COMISSÃO DE Educação (CE) colocou em debate ontem uma proposta que tem como objetivo garantir que toda escola pública tenha um padrão mínimo de qualidade, com estrutura física e equipamentos escolares modernos, regime de aulas em horário integral e corpo docente especializado. O PLS 337/2016, também conhecido como o projeto da federalização da educação básica, permite que prefeituras e governos estaduais transfiram a responsabilidade da educação para a União. O autor, Cristovam Buarque (PPS-DF), afirmou que a proposta é um passo necessário para garantir que o país tenha mão de obra qualificada, competitividade no cenário internacional e reduza as desigualdades.

— O debate hoje é se vai ter partido ou não vai ter partido nas escolas. A gente não tem nem escola. É preciso ter ambição. Acho que o melhor caminho é a federalização — disse o senador.

Atualmente, a execução das políticas para a educação pré-escolar e para o ensino fundamental é de competência dos municípios e do Distrito Federal, seguindo os critérios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Conforme o texto, a competência poderia ser federalizada por meio de leis locais, desde que a União

as aceitasse, tendo prioridade cidades e estados com serviços educacionais em “situação crítica de desempenho”. Se a transferência for feita, os gastos municipais e estaduais destinados à educação devem ser repassados para a União.

Além do investimento em tecnologia e na estrutura física das escolas, o senador propõe a criação de uma carreira específica para docentes federais da educação básica, que pelos seus cálculos, deveriam receber R\$ 15 mil por mês. O impacto da federalização da educação básica é estimado em R\$ 690 bilhões em 20 anos.

— Federalizar a educação é um processo. Eu defendo que seja em 20 ou 30 anos. Se não tiver recursos suficientes, em 50 anos. O governo decide o ritmo. Não deve ser sacrificada a saúde fiscal — avaliou.

Fundeb

O consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Claudio Tanno disse que, apesar do teto de gastos e das limitações orçamentárias, a educação poderia receber recursos permanentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

— Temos graves problemas de financiamento. Não existe educação de qualidade sem financiamento de qualidade.



Cristovam Buarque (2º à dir.) preside debate sobre federalização, que considera necessária para garantir qualidade

Não exigiria reforma constitucional porque a complementação do Fundeb está excluída do teto de gastos — observou.

O ex-secretário da Educação Superior do Ministério da Educação Ronaldo Mota, que é atualmente chanceler da Universidade Estácio de Sá, disse acreditar que os investimentos, ainda que necessários, não garantem educação de qualidade. Segundo ele, o modo de ensinar no Brasil está defasado. Ele defende uma mudança profunda na forma como o ensino funciona, com mais atenção às novas tecnologias.

— Mesmo que se conseguisse resolver a questão

orçamentária não teria nenhuma garantia que teríamos a educação de qualidade que queremos. Precisamos criar ambientes educacionais baseados em tecnologias educacionais, que é algo muito mais amplo do que educação a distância — sugeriu.

Para o representante do Ministério da Educação, Fernando Gralha, o projeto de Cristovam tem mérito, mas representaria impacto significativo no Orçamento. Ele também avaliou que a proposta teria um caráter intervencionista.

— Esse não é o papel do MEC. O que o MEC vem fazendo sem ferir a autonomia

é a ampliação da cooperação entre os municípios — disse.

Cristovam ressaltou que a proposta não é uma tentativa de intervir nos municípios.

— A federalização não implica gestão centralizada. Hoje o secretário municipal já centraliza. Eu proponho que cada escola seja sua gestora. Tem que descentralizar a gestão e dar liberdade pedagógica e é aí que vamos encontrar a escola do futuro — disse.

As senadoras Regina Sousa (PT-PI) e Lúcia Vânia (PSB-GO) afirmaram que uma mudança estrutural na educação é urgente.

— Temos que ter coragem de começar — assinalou Regina.

Especialistas pedem tratamento para distrofia

Mais agilidade no tratamento de portadores de distrofia muscular de Duchenne e incentivos ao diagnóstico precoce foram reivindicados por participantes de audiência pública ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A distrofia de Duchenne, como explicou a médica Ana Lúcia Langer, está no rol das doenças raras e costuma afetar mais os meninos. Manifesta-se nos primeiros anos de vida e se caracteriza por fraqueza e perda progressiva de massa muscular.

— A distrofia de Duchenne é o mais frequente e severo tipo de distrofia muscular entre

os mais de 30 tipos existentes — esclareceu Ana Lúcia, presidente da Associação Paulista de Distrofia Muscular.

Ela informou ainda que a doença compromete a musculatura respiratória do paciente. Por volta dos 9 anos, o portador pode necessitar do uso de cadeiras de rodas. Ana Lúcia afirmou que, sem tratamento, 75% dos pacientes morrem até os 20 anos de idade.

Para a presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, Cecília Oliveira, o tempo é o maior inimigo do paciente com Duchenne. A dificuldade de diagnóstico e

a espera de tratamento por conta de entraves burocráticos são muito prejudiciais, pois a doença é progressiva.

A presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular, Clara Migowski, defendeu o acesso às novas tecnologias. Ela conta que realizou pedidos, sem sucesso, à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS).

Da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, Jacqueline Silva Misael garantiu que a pasta tem realizado parcerias de desenvolvimento tecnológico para fomentar a distribuição de medicamentos e equipamentos.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou a relevância da democracia como meio de buscar as condições de atendimento pleno de quem tem doenças como a distrofia de Duchenne.

Apesar de esbarrar na escassez de recursos e efetividade dos processos, Ana Amélia assegurou que esse tipo de demanda sempre terá espaço para ser mediada na CAS.

Maconha para uso medicinal pode ser votada em comissão

A liberação do uso da maconha (*Cannabis sativa*) para fins medicinais, pode ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na semana passada, os senadores pediram vista coletiva da proposta depois da apresentação do relatório da senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

O PLS 514/2017 é originário de uma ideia legislativa encaminhada ao portal e-Cidadania. Marta alterou o texto original e apresentou

relatório que autoriza a União a liberar a importação de plantas e sementes, o plantio, a cultura e a colheita da planta exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo pré-determinados, mediante fiscalização.

“É preciso que tenhamos empatia e nos coloquemos no lugar do outro. É assim que defendemos a verdadeira essência do cuidado em saúde, que é mitigar o sofrimento humano”, aponta no relatório.

RÁPIDAS

SALINAS (MG) PODE SE TORNAR CAPITAL NACIONAL DA CACHAÇA

A Comissão de Educação aprovou projeto que confere a Salinas (MG) o título de Capital Nacional da Cachaça. O relator, Antônio Anastasia (PSDB-MG), afirma que o PLC 93/2018, da deputada Raquel Muniz (PSD-MG), propõe o reconhecimento do que já é uma realidade consagrada. “Nada mais justo, portanto, do que reconhecer o grande valor e o aclamado sabor da cachaça artesanal de Salinas, concedendo-lhe o título de Capital Nacional da Cachaça”.

FARROUPILHA (RS) DEVE SER CAPITAL DA UVA MOSCATEL

Farroupilha (RS) poderá receber o título de Capital Nacional da Uva Moscatel. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Educação (CE). Do deputado Henrique Fontana (PT-RS), o PLC 83/2018 foi relatado por Paulo Paim (PT-RS) e segue para o Plenário. — A concessão do título de Capital Nacional do Moscatel representará, para os agricultores e para a população local, o reconhecimento oficial da qualidade de seu trabalho e de seu empenho — disse Paim.



Presidente da CAS, Marta Suplicy (C) comanda debate sobre a doença rara